

## A naturalização da pandemia no Brasil

**Sergio Portella**

Estratégia Fiocruz para Agenda 2030  
Fundação Oswaldo Cruz - Brasil

**Simone Santos Oliveira**

Escola Nacional de Saúde Pública  
Fundação Oswaldo Cruz - Brasil

14/06/2020

Em um mundo construído por processos de vulnerabilização e desigualdades abissais, poderíamos classificar a pandemia do Covid-19 como um desastre biológico natural? O processo de naturalização das crises provocadas pelas emergências sanitárias, como a pandemia, ou de desastres em geral, é uma tendência no modo como a imaginação ocidental trata desses problemas.

A construção de comunicação sobre a pandemia segue essa tendência e podemos seguir essa naturalização, como um *modus operandi*, seja em uma pandemia, seja em um desastre, quando chamado de natural. Estas reflexões seguem esse *modus operandi* no seu passo-a-passo para a pandemia do coronavírus.

Como se naturaliza um desastre ou uma pandemia? Essa é uma questão importante para um amplo número de pesquisadores em riscos e desastres, que tem seus expoentes em La Red (Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres em América Latina) e, em especial, Allan Lavell<sup>1</sup> (Costa Rica) e Norma Valencio<sup>2</sup> (Brasil), pois não se naturaliza apenas com discursos e narrativas, esse efeito se consegue a partir de um processo multifacetado, onde podemos encontrar padrões. Uma das primeiras pesquisadoras a observar estes padrões foi Claudia Nantezon<sup>3</sup> da Universidade de Buenos Aires (Argentina), em seus estudos sobre as enchentes recorrentes – e naturalizadas – da baixa Buenos Aires.

O ato de naturalização dos eventos extremos busca justamente estabilizar fatos e deslocá-los de seus nexos sociohistóricos, diria Valencio. Esse “natural” seria indiferente à ação humana, amoral, atemporal, e caracterizado por um automatismo comandado por leis alegadamente imutáveis – físicas, naturais ou tão imutáveis quanto a

biologia de um vírus. Algo fora do tempo, algo de Deus/Diabo. Fica bem claro que natural e divino são aqui sinonímias. Naturalizar, objetivar, coisificar, reificar, dar contornos, limitar, isolar: é assim que se constroem fatos e suas naturezas! Mas, o principal resultado, é que assim temos a invisibilização dos processos de vulnerabilização das populações resultantes das políticas e decisões da gestão estatal e do modelo de desenvolvimento dominante: a crença num mundo plano e num vírus redondo! O ovo ou a laranja de Colombo que estão pousada sobre um prato ou sobre o tampo plano de uma mesa universal *made in europa*! As declarações do presidente brasileiro vão nessa direção ao discursar sobre a inevitabilidade da morte: Sou Messias mas não faço milagres, diz brincando com o próprio nome e se separando do que esta acontecendo: algo completamente natural na sua concepção, que não tem nada a ver como o povo brasileiro foi organizado. Vírus chinês, comunavírus, diz o ministro das relações exteriores brasileiro! No máximo, um vírus produzido em laboratório, no entanto, nada mais natural em nossa sociedade hoje!

Nesse sentido, Natenzon apresenta importantes características que devem ser consideradas nas discussões sobre desastres; e elas podem – infelizmente – ser encontradas na maior parte das narrativas construídas para explicar e justificar as ações em torno destes eventos. Num desastre, numa emergência, num rompimento de barragem, ou mesmo, numa pandemia. O que fizemos foi extrapolar tais características apontadas de Natenzon e chamá-las de processo. Como em um bom roteiro cinematográfico, nove são os pontos de conformidade no desenrolar do processo de naturalização de um desastre.

O primeiro ponto está relacionado à concepção do desastre enquanto resultado de uma causa natural – ou sobrenatural – sem nenhuma (ou pequena) intervenção humana. Tal concepção transforma os desastres em naturezas imprevisíveis descolando-os dos nexos sociohistóricos que possibilitam a sua ocorrência. A invisibilidade do vírus tem características de um ser sem-corpo, um quase-ser, um fantasma. Vingativo. A natureza está se vingando da humanidade, fala recorrente mesmo entre cientistas e pensadores!

Esse sentimento de surpresa de imprevisibilidade gera o segundo ponto, que é a concentração da intervenção governamental na resposta aos desastres em detrimento

da prevenção e, em especial da organização comunitária preventiva, que é relegada para segundo plano. Raros são os casos em que há planos de contingência comunitários, mas mais raros ainda são os planos dedicados à reconstrução de forma a conseguir que ela assuma uma dinâmica preventiva. Isso justamente porque a pandemia não é considerada uma resultante de um processo histórico, mas a consequência de uma ameaça naturalizada e imprevisível. A delimitação temporal e espacial (o isolamento do vírus) faz parte do ato de naturalizar o desastre e, assim, contê-lo dentro de um nicho espaço-temporal que evite externalidades que atinjam perigosamente a gestão política do território em crise. Separar a crise sanitária de modo a torná-la extemporânea, independente do modelo econômico, é então fundamental para se chegar a uma inversão estratégica. Os nexos sociohistóricos e suas vulnerabilidades que geram o ambiente para o surgimento da crise passam, magicamente, a ser consequência da crise. E assim, só podemos responder! Respondemos sem entender profundamente o que possibilitou a crise: o modelo de desenvolvimento! E, o mantemos!

O terceiro ponto está relacionado ao efeito sensacionalista da cobertura pela mídia durante o período de emergência, sem grandes reflexividades e com suas informações paradoxais. Essa forma de noticiar é fundamental para a delimitação espaço-temporal do desastre e a sua naturalização. A valorização do inesperado, do excepcional, do extemporâneo, da fatalidade da morte ou do dano! A natureza descontrolada, vingativa e autoritária como um deus do Olimpo ou do Velho Testamento! A mídia oferece uma notícia imediata onde o que interessa é o apelo estonteante do inesperado, com transmissões exacerbadas do desespero alheio. Aqui, temos um outro deus se manifestando também, a natureza humana resultante da multidão de atos e que são em seus resultados inconscientes e que aponta para a necessidade do controle.

O quarto ponto destacado por Natenzon é que os atingidos - em uma pandemia os contaminados, sintomáticos ou não - são, assim, conformados como objetos assistenciais; pessoas incapazes de tomar suas próprias decisões, sendo levadas de um lado a outro, sempre tendo um perito que determina suas existências. O discurso oficial garante que o inesperado só pode ser suportado por aqueles que receberam treinamento para o excepcional: e o perito assume definitivamente a tomada de decisão. O desastre excepcional em sua naturalidade domina o ambiente social, sustentado por um grupo

de peritos que em seus discursos se autorreforçam no que ficou conhecido como a dupla delegação: a gestão se apoia na legitimidade do conhecimento do perito técnico-científico, que se apoia na legitimidade da gestão, fechando um círculo de desqualificação do conhecimento diário e local dos cidadãos (CALLON et al., 2001)<sup>4</sup>. No caso do vírus Sars cov2, a incerteza é total e multiplicada diariamente.

A concepção dos atingidos como objetos assistenciais nos levam ao próximo ponto, que no caso do Brasil tomou contornos dramáticos e assustadores, que é a sedutora militarização da ajuda e o controle populacional que ela proporciona. São as instituições militares ou paramilitares que assumem a responsabilidade da gestão maior em uma emergência, dentro da sua lógica de comando e controle, ocupando os espaços numa perspectiva de estado de exceção. Se o estado brasileiro, como um todo, ainda não está sob ditadura militar, o ministério da saúde está! O órgão máximo de controle da epidemia do governo federal foi literalmente ocupado pelos militares, fisicamente, lógica e praticamente, em todos os setores de decisão e logísticos. Foi inclusive ensaiado a manipulação e omissão de dados, típica de regimes autoritários, que ainda não conseguiu se estabelecer por conta da reação da sociedade civil e dos médicos-cientistas. Não sejamos ingênuos: nada mais hierarquizado do que um hospital e a corporação médica: a biomedicina. Mas, a especificidade da história da pandemia brasileira nos colocou diante de um governo federal negacionista. E isso, nos obriga a dar um passo atrás e escolher entre a lógica de comando e controle executada por militares ou por médicos. Melhor que sejam por médicos já que não queremos que nossas mortes sejam menosprezadas com um “e daí?” Podemos prever que no final um dos resultados da pandemia será o controle populacional retroalimentado e fortalecido, inclusive digitalmente. Mas, teremos que enfrentar isso depois.

O sexto ponto é que a maioria das soluções propostas pelos políticos frente aos desastres são obras de tecnologia, como pontes, barragens, obras de contenção, que, em geral, reforçam, expandem e potencializam formas já existentes de profunda intervenção no ambiente como, por exemplo, os hospitais de campanha e seus sofisticados respiradouros. E tudo como se tais formas de intervenção fossem as únicas opções de reconstrução e/ou de prevenção. Todas essas formas se organizam na lógica de enfrentamento de desastres naturalizados<sup>5</sup>, com escassa compreensão de seus processos

sociais. Essas soluções entram, então, no jogo político de interesses entre as empresas privadas interessadas na concessão das ações tecnológicas com os governos locais. E aí temos o desastre como negócio. A corrida tecnológica para a produção da vacina é o exemplo final, com a inevitável discussão de sua patente – aberta ou não.

Em sétimo lugar está o financiamento estatal inevitável e em cascata. Numa situação de calamidade, aproveita-se para se superar a baixa visibilidade pública, para requerer recursos ou benefícios que se é incapaz de capitalizar em rotineiras relações entre as administrações municipais e federais. Na transferência dos recursos, no entanto, os fundos financeiros acionados nunca são repassados integralmente às obras e aos atingidos, com perdas em cascata e sequenciais desvios de verbas nesse percurso. A extensa e geograficamente diversificada lista de equívocos, abusos ou atos ilícitos relacionados com estas dinâmicas de excepcionalidade no contexto da pandemia é uma incontornável evidência.

O oitavo ponto alerta para a resposta da própria sociedade civil, sempre imediatamente solidária, porém fragmentária e, na maior parte das vezes, espontânea e desordenada. Essa situação é quase inevitável diante da falta de transparência da gestão pública pronta para desqualificar as ações locais. Organizações humanitárias tradicionais, e conformadas modernamente no império do trauma, como aponta Fassin<sup>6</sup>, assumem gradativamente a assistência, como Cruz Vermelha, Médicos sem Fronteira, Cáritas e Igrejas, desmobilizando as redes locais e desqualificando as ações de autogestão dos territórios.

O nono ponto destaca a consolidação, nesse processo, das explicações monocausais, tendo como principal explicação a ameaça natural: a pandemia, a chuva forte, a inundação, os deslizamentos de massa, ou a seca, mesmo quando se trata de rompimento de barragens. Os processos que criam nexos sociohistóricos são dificilmente associados entre si e colocados no centro das explicações. E a ideologia do desastre natural se reinicia em um novo patamar do seu domínio causal conseguindo produzir a mágica de transformar a causa em consequência: o modelo de desenvolvimento sofre com a pandemia e é então, justificada a sua produção de desigualdades inerente, como uma externalidade, vítima do imponderável. Os mortos são assim naturalizados estatisticamente. E o Brasil vai disputar o título de epicentro mundial da epidemia com os EUA.

Não fosse o Sistema Único de Saúde e seus cuidadores e sua academia alinhada ao próprio povo brasileiro já teríamos ganho esta triste corrida. A ver!

Mas nunca um ato assassino racista foi tão emblemático. Aquele do modelo de desenvolvimento ajoelhado sobre nosso pescoço e insensível aos nossos apelos: Não consigo respirar! Não é o vírus que compromete nossas vias coletivas e individuais de respiração! São as desigualdades que sempre estiveram aí!

## Referências

1. LAVELL, A. *et al.* **La construcción social de la pandemia COVID-19: desastre, acumulación de riesgos y políticas públicas.** La Red (Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres em América Latina): 2020.  
Disponível em: <https://www.desenredando.org>. Acesso em: 13/06/2020.
2. VALENCIO, N. F. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 41-45, 2016.
3. NATENZON, C. Vulnerabilidad, incertidumbre y planificación participativa de desastres: el caso de las inundaciones catastróficas en Argentina. In: **Problemas ambientais e vulnerabilidade** / PORTO, M. F. e FREITAS, C.M. (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p57-78; 2003.
4. CALLON, M.; LASCOURMES, P.; BARTHE Y. **Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique.** Paris, Seuil, 2001.
5. PORTELLA, S; OLIVEIRA S. Pensamentos durante o nevoeiro: a pandemia Covid-19. In: **COVID-19: crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações)** / Norma Valencio; Celso Maran de Oliveira (organizadores). - São Carlos: UFSCar/CPOI, 2020, p. 371-381. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/4feb5cb2zi4zgt6/24-S%C3%A9rgio%20Portella%20e%20Simone%20Oliveira.pdf?dl=0>
6. FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **L'empire du traumatisme: enquête sur la condition de victime.** Paris: Flammarion. 2007.